



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

A eletronegação dos processos clínicos e a promoção da sua intercomunicabilidade entre as instituições médicas públicas e privadas são uma tendência mundial para o desenvolvimento da área da medicina. O registo atempado da informação clínica dos utentes, nomeadamente sobre o problema de alergias, não só pode evitar a repetição de submissão a exames médicos, reduzindo as despesas com o tratamento, como também pode diminuir a possibilidade de ocorrência de erros médicos, sendo, desta maneira, uma opção “win, win” para os pacientes e as instituições médicas. Assim, muitos países e regiões desenvolvidos já avançam, activamente, com os referidos trabalhos.

Na vizinha região de Hong Kong, já foi lançado há dez anos um plano de intercomunicabilidade de processos clínicos. Os utentes e as instituições médicas podem, voluntariamente, participar nesse plano, para que os médicos privados inscritos possam, depois de obtida a autorização dos pacientes, consultar os respectivos processos clínicos registados nos hospitais públicos, medida esta que facilitou a tarefa de diagnóstico, reduzindo os exames desnecessários. Em Março do corrente ano, o Governo de Hong Kong expandiu o referido plano, por isso, os profissionais de saúde da *Hospital Authority*, do *Department of Health* e dos hospitais públicos e privados podem, depois de obtida a autorização dos utentes, fazer *login* no sistema e ter acesso às respectivas informações clínicas; podem ainda fazer o *upload* das



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

informações mais actualizadas dos utentes, concretizando, desta forma, uma intercomunicabilidade entre eles. Para além disso, o utente recebe uma mensagem de notificação quando o seu processo clínico é consultado por outrem, no sentido de garantir o seu direito à informação.

No caso de Taiwan, em 2008 já se começou a promover o plano da electronização de processos clínicos, que visa incentivar os hospitais a elaborarem e a conservarem os processos clínicos através do sistema electrónico, e a exigir a sua intercomunicabilidade entre vários hospitais, com vista a constituir uma plataforma electrónica uniformizada para trocar informações clínicas e definir os respectivos modelos e padrões.

Em Macau, a Direcção dos Serviços de Saúde lançou, há muitos anos, o plano da electronização dos processos clínicos e da sua intercomunicabilidade entre instituições médicas e, em 2012, afirmou, expressamente, que ia ser implementado o sistema electrónico universal de processos clínicos, medida esta que visa gerir, de forma uniformizada, os documentos médicos de três hospitais em Macau através do “sistema de registo de saúde electrónico”, no sentido de atingir o objectivo de intercomunicabilidade de informações médicas e de elevar a qualidade dos serviços de assistência médica. Previa-se que, em meados ou no final do ano de 2013, fosse possível abrir um concurso público para adjudicação do serviço de gestão do referido sistema, mas as autoridades celebraram o contrato com a empresa adjudicatária só em Julho do ano passado, e até à data ainda não se viu nada sobre esse sistema.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. Em Fevereiro do ano passado, os Serviços de Saúde revelaram que estavam a promover os trabalhos de construção do sistema electrónico universal de processos clínicos, e que se estavam a esforçar para a sua implementação oficial em 2016, no entanto, faltam menos de seis meses para o final do ano. Então, será que o referido sistema pode ser lançado e utilizado ainda este ano? Quais são as instituições médicas abrangidas pela primeira fase do sistema e quais são as suas funções detalhadas?
2. A inclusão das instituições médicas privadas e sem fins lucrativos no plano de intercomunicabilidade dos processos clínicos electrónicos pode elevar, consideravelmente, a eficácia do próprio sistema, evitando a repetição de submissão a exames médicos e reduzindo a possibilidade de ocorrência de erros médicos. Então, já foram incluídas as instituições médicas privadas e sem fins lucrativos nos trabalhos de construção do referido sistema promovidos pelas autoridades? Em caso afirmativo, qual é o respectivo plano concreto?

14 de Julho de 2016

**A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Kwan Tsui Hang**